

A PROVÍNCIA CISPLATINA E A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO

Darzan Neto da Silva (*)

Antecedentes

Portugal e Espanha emergiram da guerra para expulsão dos mouros da Península Ibérica como Estados nacionais assentados na monarquia absoluta e na doutrina mercantilista, a fim de colonizarem as suas terras na América do Sul, onde estabeleceram um sistema colonial que lhes garantiria o domínio, a posse e a exploração econômica das suas respectivas áreas, demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas na América.

Durante a união das Coroas ibéricas (1580-1640), o Rei da Espanha, para defender as terras espanholas localizadas na Amazônia, concedeu ao português Bento Manuel Parente a Capitania do Cabo Norte e permitiu que os lusitanos adentrassem nas terras a Oeste do meridiano definido em Tordesilhas, praticamente admitindo o rompimento da linha divisória entre as duas colonizações.

Portugal, verificando que as suas terras no Brasil, localizadas a Leste dessa linha, não ofereciam uma unidade geográfica que permitisse estabelecer a sua colonização, formulou os objetivos das suas conquistas as quais deveriam se

expandir para se limitar com a colonização espanhola, ao Norte, na calha do Rio Amazonas e, ao Sul, na Bacia do Prata.

O Rei espanhol favoreceu essa expansão ao Norte, concedendo a portugueses a defesa do território e a Capitania do Cabo Norte; no Sul, Portugal criou a Colônia do Sacramento à margem norte do Rio da Prata e defendeu a sua posse contra as tentativas de conquista dessa Colônia pelos espanhóis. Posteriormente, incorporou a toda a área ao sul da Capitania de São Pedro do Rio Grande aos seus domínios com o nome de Província da Cisplatina.

Os tratados coloniais de Utrecht, Madri e Santo Idelfonso homologaram a expansão da colonização lusitana ao Norte, porém, ao Sul, a resistência portuguesa em devolver a Colônia de Sacramento vai transformar-se em conflitos bélicos, primeiro entre portugueses e espanhóis e, posteriormente, entre o Brasil e as Províncias Unidas do Prata.

Os espanhóis concentraram a sua colonização, inicialmente, nos altiplanos andinos voltados para o Oceano Pacífico, em torno das abundantes minas de ouro e prata; somente mais tarde, com expedições colonizadoras partindo do Vice-reinado do Peru e da Capitania Geral

(*) O autor é Coronel do Exército e Sócio Titular do IGHMB.

do Chile, penetraram na Região Platina e estabeleceram-se no interior e às margens do rio da Prata. Fundaram, então, o Vice-reinado do Prata com capital em Buenos Aires, além de Montevideu e Assunção.

No processo de independência, com a fragmentação do Vice-reinado do Prata, saíram três países: a Argentina, anteriormente proclamada como Províncias Unidas do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires, o Paraguai, com capital em Assunção, e o Uruguai, com capital em Montevideu.

Os portenhos, desejosos de manterem sob a sua jurisdição as terras pertencentes ao antigo Vice-reinado do Prata, tentaram, por duas oportunidades, conquistar Assunção, com incursões mal-sucedidas, sob o comando do General Manuel Belgrano. Esses anseios expansionistas permaneceram presentes na condução da política externa da Argentina.

A Banda Oriental do Uruguai, que pertencera anteriormente ao Vice-reinado do Prata e fora incorporada ao Império como Província Cisplatina, era palco de constantes lutas em que se entremeavam, com frequência, os ideais de emancipação dos orientais e as intenções de domínio do Governo argentino, que pretendia reintegrar a margem Norte do Prata ao seu território.

O agravamento da situação culminou com o desembarque na praia de Agraciada, em 19 de abril de 1825, do Grupo dos 33, chefiado por Juan

Antonio Lavalleja, que partira de Buenos Aires com a determinação de lutar pela independência da sua terra.

A marcha de Lavalleja em direção a Montevideu foi triunfal, pois a pequena força ia crescendo pouco a pouco, com a adesão de compatriotas entusiasmados. Destacou-se a colaboração do Coronel Julián Laguna e do Brigadeiro Frutuoso Rivera, os quais, embora estivessem a serviço do Brasil, aderiram aos revoltosos, com efetivos consideráveis.

Na dependência completa do auxílio argentino, o Congresso de Flórida, convocado por Lavalleja, votou, em 25 de agosto de 1825, a independência da Banda Oriental do Uruguai e, no mesmo dia, a sua incorporação à Argentina, declarando nulos os tratados anteriores com Portugal e Brasil. Em apoio àquele movimento, a população exaltada de Buenos Aires apedrejou o Consulado do Brasil naquela cidade e destruiu o escudo nacional brasileiro que o identificava.

O General José dos Santos Abreu, o intrépido Barão do Cerro Largo, recebeu ordem de se deslocar para a Província Cisplatina. À frente de 1.200 milicianos, atingiu Mercedes, de onde enviou o Coronel Bento Manuel para as margens do Arroio Águila, em 4 de setembro de 1825.

O caudilho Frutuoso Rivera conseguiu, em audaciosa operação, atacar de surpresa o Rincão das Galinhas, onde um contingente de 50 homens guardava a cavallhada do General José dos Santos Abreu.

Uma pequena força, composta de índios guaranis das Missões, que, por coincidência, chegara ao Rincão para deixar os cavalos, foi surpreendida também por Frutuoso Rivera. Apesar de lutarem bravamente, os brasileiros não resistiram ao ataque, morrendo, então, o Coronel José Luis Mena Barreto.

Bento Manuel Ribeiro, em marcha forçada, atingiu Montevideu e propôs ao General Carlos Frederico Lecór, então Comandante militar da Província, já que contava com o reforço de Bento Gonçalves – ao todo cerca de 1.500 homens, atacar as forças de Lavalleja.

Na manhã de 12 de outubro de 1825, os brasileiros encontraram o adversário nas cabeceiras do arroio Sarandi, no lugar denominado Orqueta de Sarandi. Rivera já se reunira a Lavalleja, apresentando agora um efetivo de 2.600 homens de Cavalaria, alguns atiradores a pé e uma peça de artilharia.

Bento Manuel lançou uma carga de cavalaria e, apesar de romper o centro da linha inimiga, foi repellido na ala direita por Rivera e derrotado no flanco esquerdo, retirando-se, com pesadas baixas, para Santana do Livramento. Esse episódio fez recrudescer a animosidade contra o Brasil, incentivando o entusiasmo dos adversários.

A Província da Cisplatina ficou quase toda nas mãos dos orientais, os uruguaios.

Carlos Frederico Lecór conseguiu manter as praças de

Montevideu e a Colônia do Sacramento, que estavam sendo assediadas pelas tropas de Lavalleja

O Governo argentino, na Sala dos Representantes, em Buenos Aires, declarou, em 25 de outubro de 1825 “a Banda Oriental reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, a que por direito pertenceu e deseja pertencer”.

A essa resolução respondeu o Império o seguinte:

“Havendo o Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata praticado atos de hostilidade contra este Império, sem provocação e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das formas recebidas entre as nações civilizadas, convém à dignidade da Nação brasileira e à ordem que deve ocupar entre as potências, que Eu, tendo ouvido meu Conselho de Estado, declare a guerra contra as ditas Províncias e seu governo. Portanto, ordeno que, por mar e por terra, se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o corso e o armamento a que meus súditos queiram contra aquela Nação, declarando que todas as tomadas e presas, qualquer que seja a sua qualidade, serão completamente dos apresadores, sem dedução alguma em benefício do tesouro público.”

As tropas argentinas que constituíam o denominado “Exército de Observação” transpuseram o rio Uruguai na altura de Salto e iniciaram a concentração em Durazno,

vagarosamente.

Com a retirada do General Martin Rodrigues, assumiu o Comando o General Carlos Maria Alvear, antigo Ministro da Guerra, que, em dezembro de 1826, com 8.500 homens, julgou-se em condições de iniciar a campanha.

Os brasileiros mantinham-se em defensiva estratégica.

O Governo imperial resolvera afastar o General Abreu do Comando das tropas no Rio Grande do Sul, em dezembro de 1825, substituindo-o pelo General Francisco de Paula Massena Rosado.

Essa solução foi considerada uma injustiça para com o experiente chefe gaúcho; o seu sucessor revelou despreparo para a missão: apressou-se, inexplicavelmente, em reunir todas as forças disponíveis em Santana, deixando a descoberto a fronteira. Somente em Jaguarão manteve a tropa brasileira, pois Bento Gonçalves deixou de cumprir a ordem de concentração.

Francisco de Paula Massena Rosado também foi infeliz na escolha do local de acampamento: a região era insalubre e com péssimos pastos. Não bastasse isso, desentendia-se com o Presidente da Província e o seu Exército estagnava.

A opinião pública cada vez mais se impacientava com a inexplicável inatividade das forças brasileiras. D. Pedro I resolveu visitar pessoalmente o teatro de operações. Desembarcou em Santa Catarina e atingiu Porto Alegre. Naquela cidade, recebeu a

notícia do falecimento da esposa, D. Leopoldina, sendo obrigado a regressar de imediato.

Resolveu nomear, pelo Decreto de 12 de setembro de 1826, um novo Comandante – o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant – Marquês de Barbacena, que gozava de muito prestígio como militar culto e político talentoso.

Planos de Guerra

Em *memorandum* de 2 de outubro, o Marquês de Barbacena enviou ao Governo Imperial a exposição de seu Plano de Guerra:

- expulsar o inimigo para além do Rio Uruguai;
- ocupar posteriormente a Província de Entre Rios;
- obrigar a República Argentina a solicitar a paz sem possibilidade de renovar as hostilidades.

Para a realização desse Plano, Barbacena previa o que segue:

- uma força de 15 mil homens e uma reserva de 4 mil;
- autonomia em relação ao Presidente da Província;
- a cooperação com a Marinha.

Ao chegar à Área de Operações, face à precariedade dos meios, decidiu concentrar as suas forças na região de Bagé e justificou-se:

Enquanto eu não tiver força igual à sua ou não cometer o inimigo algum grande erro estratégico, permanecerei em pura defensiva, atraindo-o o quanto puder para o interior, porque, nessa

direção, eu ficarei cada dia mais forte em gente, cavalos e munição, e ele mais fraco em todos esses elementos”.

O Plano de Guerra do General Alvear não fora redigido nem divulgado antes das operações; o que dele se conhece consta de uma exposição de motivos apresentada à Sala dos Representantes de seu país, na qual se defendeu de acusações.

Dessa exposição constavam as suas intenções:

- vencer o Exército imperial antes de ter condições de tomar a ofensiva, a fim de obrigar o Imperador a negociar a paz;

- lançar um Corpo de Cavalaria sobre Santana;

- subir o Rio Negro com o grosso das tropas, manobrando, alternadamente, nas duas margens, segundo permitissem as circunstâncias e o movimento do inimigo;

- levar essa manobra até Bagé e aí entrar na Coxilha Grande, para ficar em condições de tomar, de flanco, todos os rios do Continente de São Pedro.

O Plano de Alvear previa o que segue:

- tomar uma atitude francamente ofensiva;

- procurar impedir a união das forças brasileiras;

- vencê-las separadamente;

- obrigar o Imperador a negociar a paz.

As informações sobre o inimigo
– de ambos os contendores –

ignoravam o que se passava com o oponente, emprestando-lhe intenções nem sempre confirmadas. Uma das razões dos deslocamentos a esmo, antes da batalha, era essa escassez de informações.

Barbacena escrevia, a 5 de fevereiro, para o Ministro da Guerra:

“Para mim é indubitável que o inimigo se retira, suposto haver no Exército quem pense que Alvear procura os campos de Santana, vantajosos à sua cavalaria; pela mesma razão eu procuro as montanhas pedregosas do Camaquã (...).

A incerteza não pode durar 48 horas, porque destaquei, sobre seus flancos, as duas brigadas inteiras de Bento Manuel Ribeiro e de Bento Gonçalves e vou em seu seguimento.”

No entanto, a brigada de Cavalaria de Bento Manuel não tomou parte na batalha. Perdeu o contato com o inimigo e não buscou restabelecê-lo. O historiador Tasso Fragoso diz o seguinte sobre o fato:

É difícil, senão impossível, liquidar hoje esse ponto controverso. Os contemporâneos guardaram da ausência do Comandante da 1ª Brigada Ligeira impressão muito desagradável. (...) Quaisquer, porém, que tenham sido as causas determinantes de seu procedimento, minha impressão pessoal é que em nenhuma delas se poderia descobrir seja temor, seja falta de patriotismo.

A Ordem de Batalha do Exército do Marquês de Barbacena

Tenente-General Felisberto Caldeira Brant, Comandante em Chefe.

Gen Sebastião Barreto Pereira Pinto, Cmt da 1ª Divisão.

Cel Leitão Bandeira, Cmt da 1ª Bda Inf (3º, 4º e 27º Btl de Caçadores).

Cel Emídio Colman, Cmt da 1ª Bda Cav (1º e 24º Reg Cav).

Cel Araújo Barreto, Cmt da 2ª Bda Cav (4º e 40º Reg Cav e Esq Lç).

Gen João Crisóstomo Calado, Cmt da 2ª Divisão.

Cel Leite Pacheco, Cmt 2ª Bda Inf (13º e 18º Btl de Caçadores).

Cel Barbosa Pita, Cmt da 3ª Bda Cav (Esq Cav, 6º e 20º Reg Cav).

Cel Tomás da Silva, Cmt da 4ª Bda Cav (3º e 5º Reg Cav),

Brigadas de Cavalaria

Gen Abreu, Cmt Corpo de Voluntários.

Cel Bento Manuel, Cmt 1ª Bda Lig Cav.

Cel Bento Gonçalves, Cmt 2ª Bda Lig Cav.

Cel Tomé Madeira, Cmt da Artilharia

1ª Divisão: 4 Bia a 4 peças de calibre 6 polegadas (Art montada).

2ª Divisão: 4 peças de calibre 6 polegadas (Art de posição).

Ordem de Batalha do Exército do Gen Alvear

(Cel Bardrich e manuscritos do Cel Tomás Iriarte)

Gen Alvear, Comandante em Chefe

Gen Lavalleja, Cmt do 1º Corpo. 1ª Div Laguna (Tropas Arg: 9 Reg Cav e 2º e 5º Btl Inf).

2ª Div Manuel Oribe (Milícias orientais).

3ª Div Inácio Oribe (Milícias orientais).

Gen Alvear, Cmt do 2º Corpo. 1ª Div Brandsen (1º e 3º Reg Cav). 2ª Div Lavalle (4º Reg Cav e Esq de Couraceiros).

3ª Div Zufriatégui (8º e 16º Reg Cav).

Gen Soler, Cmt do 3º Corpo; 1ª Div Paz (2º Reg Cav e Corpo de Milícias);

2ª Div Olazábal (1º, 2º, 3º e 5º Batl de Caçadores);

3ª Div Iriarte (1 Reg Art de 16 peças e 1 Esq de Milícias);

Cel Tomás Iriarte, Cmt do 1º Reg de Art Lig, 16 peças.

Efetivos dos Exércitos de Barbacena e de Alvear assim se distribuía:

	Barbacena	Alvear
Estado Maior	25	
Infantaria	2.294	1.901
Cavalaria	3.734	3.790

Artilharia	285	503
Mil Prov Cis		2.000
Total	6.338	8.194
Artilharia 10 Peças e 1 Obus		16 Peças

Alvear superava Barbacena em 1.856 homens e 5 peças.

Da Batalha do Passo do Rosário, travada a 20 de fevereiro de 1827, informa-se o que segue:

Sobre o terreno:

- o rio Santa Maria e a sanga do Imbé balizam o Campo da Batalha;
- todo o terreno apresenta a feição geral da campanha do Rio Grande, com ondulações mais ou menos suaves, que se escalonam em todos os sentidos, cobertas de relva;
- a sanga do Barro-Negro, que dividia os combatentes, não constituía obstáculo de grande valor;
- o solo na várzea, como no leito da sanga, era firme;
- o terreno ocupado por Alvear favorecia o emprego da Cavalaria, e o ocupado por Barbacena favorecia o emprego da Infantaria;
- à retaguarda de Alvear estava o rio Santa Maria.

O Exército Brasileiro chegou ao campo de batalha pela estrada velha de São Gabriel e desdobrou-se para a direita.

A 1ª Divisão, comandada pelo Brigadeiro Barreto, marchou para o Norte até tomar posição na estrada de Cacequi.

A 2ª, do General Calado,

colocou-se no flanco Sul, frente à Cavalaria de Lavalleja.

As brigadas ligeiras do General Abreu e do Coronel Bento Gonçalves cobriam os flancos esquerdos e direito do dispositivo imperial.

Desconhecido o efetivo exato e o valor do inimigo à sua frente, e na crença de que ali se achava apenas uma parte do contingente, decidiu o Marquês de Barbacena lançar-se ao ataque com duas divisões de primeiro escalão.

Os brasileiros atravessaram a sanga, progredindo em direção ao inimigo. Para barrar o avanço da Divisão Barreto, o General Alvear lançou sucessivamente a Divisão Laguna, os regimentos de Cavalaria do General Frederico Brandzen e do Coronel José Maria Paz e três batalhões de Caçadores.

A Divisão Barreto repeliu todos esses ataques, retraindo-se depois para a sua posição inicial, em virtude de ter o flanco direito, protegido por Bento Gonçalves, sob a ameaça de envolvimento, já que a sua Brigada cedera ante a violenta carga da Divisão Lavalleja, desmembrando-se em parte.

Pelo lado esquerdo, a mesma Divisão carregou sobre os milicianos de Abreu que, em confusão e entremeados com o inimigo, vieram de encontro à 2ª Divisão.

O General Calado foi obrigado a receber, a fogo, a avalanche mesclada de uruguaio e brasileiros. Então tombou mortalmente ferido o General Abreu, com certeza atingido pelos defensores. Foi uma perda

muito grande: Abreu apresentara-se como voluntário para essa campanha. Homem simples, de poucas letras, lutara a vida toda e, de Soldado, chegara a General;

A 2ª divisão do General Calado repeliu sucessivas cargas inimigas. A sua Divisão achava-se muito afastada da Divisão Barreto, e o intervalo entre as duas unidades constituía grave ameaça.

O Marquês de Barbacena ordenou, então, que a 1ª Divisão cerrasse sobre a 2ª, mas isso já não era possível. A Divisão Calado estava desfalcada da 3ª Brigada de Cavalaria, deslocada para cobrir o flanco da 1ª Divisão, após a retirada de Bento Gonçalves. Iniciou-se, assim, o recuo da 1ª Divisão.

Já eram 14 horas, a batalha durava mais de seis horas, sem resultado decisivo. Os argentinos e orientais arremetiam em cargas sucessivas, mas eram contidos pelas formações em quadrado de Barreto e de Calado. O fogo que se propagara à macega ressequida do terreno em que estavam os brasileiros, impulsionado por um vento forte, tomava o ambiente insuportável, pela fumaça e pelo calor. Escasseava a munição.

O Marquês de Barbacena então resolveu interromper o combate, apesar da insistência do seu Chefe de Estado-Maior, o General Gustavo Henrique Brown, que persistia na idéia de renovar as ações ofensivas. O movimento de retirada fez-se lento e ordenado pela estrada de Cacequi, marchando, à frente, a 1ª Divisão.

A Divisão Calado conteve os últimos ataques inimigos. Os argentinos e os uruguaiois, cansados e abalados pelos insucessos das cargas, não efetuaram perseguições. Apenas Lavalleja, com uma tropa de Cavalaria, acompanhou o deslocamento à distância, sem disparar um tiro. O General Alvear pensava em reunir as forças e retornar para o Passo do Rosário. Temia a chegada de reforços brasileiros.

A luta durara cerca de oito horas consecutivas e pouco mais de 6 mil brasileiros enfrentaram um efetivo de mais de 8 mil platinos.

As perdas foram muito grandes em ambos os lados. Segundo o Barão do Rio Branco, tivemos uns 200 mortos e 150 feridos ou prisioneiros, além de 80 extraviados. Os adversários tiveram cerca de 150 mortos e 250 feridos.

O Marquês de Barbacena retirou-se na direção do passo do Cacequi, transpôs o Ibicuí e acampou à margem direita. Em seguida, por São Sepé, atravessou o Jacuí no Passo de São Lourenço e estacionou à margem norte daquele rio. Deixara, em São Sepé, toda a Cavalaria ao comando do General Barreto.

A intenção de Barbacena, ao que parece, era a de estabelecer uma defensiva, protegido por um obstáculo apreciável; todavia, deixava a descoberto o caminho para Porto Alegre.

O General Alvear, do Passo do Rosário, voltou a São Gabriel e, logo depois, ao arroio Los Currales,

aonde chegou a 19 de março. A 13 de abril, deixou Los Currales e, com tropas a pé, reocupou Bagé. Segundo ele, era uma segunda invasão do Rio Grande.

Após algumas ações de pequena importância, em contatos com destacamentos avançados do General Barreto, em Santa Tecla e em Camaquã, pretendia o General Alvear investir novamente sobre o Rio Grande.

A 9 de maio de 1827, o Coronel Bonifácio Isas Calderón surpreendeu o quartel-general de Oribe em Cerro Largo, aprisionando o chefe uruguaio e capturando muito material inimigo.

O Exército argentino rumou, depois, em direção a Melo, chegou a 10 de junho, de onde Alvear oficiou ao Ministro da Guerra, informando sobre o deplorável estado das suas forças, concluindo pela conveniência de abandonar a luta por algum tempo.

As considerações sobre a Batalha do Passo do Rosário são as seguintes:

Considerações sobre Exército do General Alvear:

Segundo o Gen José Maria Paz, Comandante do 2º Corpo do Ex de Alvear, a batalha poderia chamar-se “batalha das desobediências, ali todos mandamos e todos combatemos”.

Alvear foi tímido ao realizar a perseguição: comandava 3 batalhões, que não haviam sido ainda empregados, além do Regimento de Cavalaria do Cel Pacheco. Assistiu passivamente à retirada do Exército

de Barbacena

As considerações sobre o Exército do Marquês de Barbacena:

A Brigada de Cavalaria de Bento Manuel não tomou parte na batalha. Perdeu o contato com o inimigo e não buscou restabelecê-lo.

1ª Divisão e a 2ª Divisão, formadas em quadrado, rechaçaram sucessivas cargas da Cavalaria argentina e retiraram-se em ordem, mantendo os quadrados, protegendo os feridos e a Artilharia.

Quanto ao Comando do Exército, depreende-se que ele desconhecia o efetivo e a composição dos meios do inimigo. Na marcha para o combate, manteve a 2ª Divisão do Gen Calado, que deveria, em seu Plano de Guerra, romper o combate, posicionada à retaguarda da 1ª Divisão. Foi, no entanto, surpreendido pelo inimigo no campo de batalha. Empregou as suas divisões em linha, sem obter o apoio mútuo entre elas; não previu uma Reserva que lhe permitisse intervir na batalha.

Quanto ao estabelecimento da paz, cabem as seguintes cogitações:

O interesse dos argentinos em buscar a paz devia-se à impossibilidade de suportarem uma guerra prolongada.

O Embaixador argentino, Manuel José Garcia, foi mandado ao Rio de Janeiro para iniciar as negociações de paz, resultando daí um acordo com o Governo Imperial.

Pela Convenção Preliminar de 24 de maio de 1827, a Argentina reconhecia “a independência e a integridade do Império do Brasil e

renunciava a todos os direitos que poderia pretender no território da Província de Montevidéu, chamada Cisplatina”.

Esse acordo levantou uma onda de protestos e o clamor popular em Buenos Aires impediu o cumprimento do Tratado e provocou a queda do Presidente Bernardino Rivadavia, substituído por Manoel Dorrego.

A Inglaterra ofereceu mediação em 1826 e conseguiu que o Presidente Manuel Dorrego, enviasse ao Brasil os Generais Tomás Guido e Juan Ramón Balcarce, em missão extraordinária.

A 27 de agosto de 1828, firmou-se a Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e a Argentina, pela qual se reconheceu a independência da Província da Cisplatina, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Da sangrenta luta travada na sanga do Barro Negro, junto ao Passo do Rosário, resultou uma nova nacionalidade.

Antes de morrer, Artigas pôde, em seu melancólico retiro em Assunção, agradecer a Deus a concretização do almejado sonho de independência uruguaia.

À guisa de considerações finais, expõe-se o que segue:

A instabilidade na Região Platina não terminou com o Tratado de Paz dessa guerra; o Brasil, na defesa de seu território e de seus interesses, envolveu-se nos conflitos posteriores:

Guerra contra Oribe e Rosas.

Guerra contra Aguirre.

Guerra da Tríplice Aliança.

A Região Platina, após o último conflito, buscou e obteve a almejada paz através das relações diplomáticas e de tratados que harmonizaram as diferenças existentes naquela região.

Bibliografia

FRAGOSO, Tasso. *A batalha do Passo do Rosário*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar; Estado-maior do Exército, 1922.

MAGALHÃES, J.B. *A evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2001.

DONATO, Hernâni. *Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo. Edições Melhoramentos 1977.

CASTRO, Therezinha de. *História da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, CAPEMI Editora e Gráfica Ltda. Biblioteca do Exército Editora. 1982.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.

ECEME. *História Militar Sul Americana*; especialmente do Brasil. Rio de Janeiro, Estado-maior do Exército, 1938.

FROTA, Guilherme de Andea. *Quinhentos anos de História do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2000.